

Transmissoras Reunidas S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transmissoras Reunidas S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissoras Reunidas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 8 de novembro de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Transmissoras Reunidas S.A.
Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Circulante		568	697
Caixa e equivalentes de caixa		278	215
Tributos e contribuições sociais a compensar		290	482
Total do ativo		568	697
Passivo			
Circulante		10	103
Tributos e contribuições sociais a pagar		10	103
Não circulante		3.212	212
Adiantamento para futuro aumento de capital	5	3.212	212
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(2.654)	382
Capital social	6	25.780	10.000
Prejuízos acumulados		(28.434)	(9.618)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		568	697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transmissoras Reunidas S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	7	(18.831)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(18.831)</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		(5)	-
Receitas financeiras		20	32
Resultado financeiro		<u>15</u>	<u>32</u>
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		<u>(18.816)</u>	<u>32</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	24
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>(18.816)</u>	<u>56</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transmissoras Reunidas S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(18.816)	56
Resultado abrangente do exercício	<u>(18.816)</u>	<u>56</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transmissoras Reunidas S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	10.000	(9.674)	326
Lucro líquido do exercício	-	56	56
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.000	(9.618)	382
Aumento de capital	15.780	-	15.780
Prejuízo do exercício	-	(18.816)	(18.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.780	(28.434)	(2.654)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transmissoras Reunidas S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto renda e contribuição social	(18.816)	32
Ajustes no lucro para:		
Atualização monetária	11	119
	<u>(18.805)</u>	<u>151</u>
Variação nas contas patrimoniais		
Tributos e contribuições sociais a compensar	181	237
Tributos e contribuições sociais a pagar	(93)	(213)
	<u>88</u>	<u>24</u>
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(18.717)</u>	<u>175</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.780	40
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>18.780</u>	<u>40</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>63</u>	<u>215</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	215	-
Saldo no final do exercício	<u>278</u>	<u>215</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>63</u>	<u>215</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis **(Em reais)**

1 Informações gerais

A Transmissora Reunidas S.A. (“Companhia”) foi constituída em 09 de dezembro de 2013, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala I -Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Em 21 de novembro de 2017, a Companhia em Assembléia Extraordinária, passou a ter como objeto social as seguintes atividades: explorar serviços de transmissão de energia elétrica, nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e, participar de outras sociedades ou de empreendimentos de entidades públicas ou particulares, bem como estabelecer convênios, ajustes ou contratos de colaboração de assistência técnica, que visem à elaboração de estudos, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico e implantação de atividades que se relacionem com os serviços pertinentes a seu objeto, inclusive mediante remuneração. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Atualmente a Companhia não possui operações e os acionistas optaram em manter a Companhia com o objetivo de participar em futuros leilões relativos a transmissão de energia e, caso haja a necessidade de aportes de recursos financeiros por parte dos acionistas o mesmo será realizado.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 29 de abril de 2020.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações dos passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritos na nota explicativa 3.4 sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos e na nota explicativa 3.5 sobre a constituição de provisões.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições de ser mantido para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo ganhos ou perdas, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Redução ao valor recuperável

- **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.3 Tributação

3.3.1 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no valor de R\$ 29.516, que gerariam potenciais créditos tributários. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possui processos judiciais com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

4 Pronunciamentos técnicos novos e/ou revisado pelo CPC

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; e
- CPC 06 (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil.

4.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

5 Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos em aberto na data-base das demonstrações são relacionados a Aumento para futuro aumento e capital aportado pela controladora Alupar.

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foi fixado remuneração aos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.

6 Patrimônio líquido

Em 09 de dezembro de 2013 através da sua Ata de Constituição, a Companhia subscreveu e integralizou R\$ 10.000 (representados pela emissão de 10.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal).

Em 21 de novembro de 2017, o acionista pessoa física, transferiu por cessão à AF Energia S.A, 01 (uma ação ordinária).

Em 9 de dezembro de 2019 foi aprovado o aumento de capital de R\$ 15.780 mediante a emissão de 15.780 novas ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 por ação. O aumento de capital, foi totalmente subscrito pela acionista Alupar e é integralizado mediante a conversão de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, realizados durante o ano de 2019.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é a seguinte:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Alupar Investimento S.A.	25.779	100,00%	9.999	99,99%
AF Energia	1	0,00%	1	0,01%
	25.780	100%	10.000	100%

7 Despesas operacionais

	31/12/2019
Despesas gerais e administrativas	
Consultoria jurídica	(600)
Auditoria externa	(14.697)
Publicações atas e balanços	(1.231)
Impostos e taxas	(2.303)
Total	(18.831)

8 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

8.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa se aproximam do seu respectivo valor contábil. Caixa é classificado como custo amortizado e equivalentes de caixa como valor justo por meio do resultado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

8.2 Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houver transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

8.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A Companhia não possui contas a receber ou investimentos em títulos de dívida dessa forma não está exposta ao risco de crédito.

Risco de taxas de juros

A Companhia não possui empréstimos ou investimentos em títulos de dívida dessa forma não está exposta a risco de taxa de juros.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

* * *

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora - CRC 1SP199348/O-0

Marcelo Costa
Diretor Administrativo Financeiro